

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008

1

Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008	Emenda nº 1 – CEDN
Institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas (FFMPME).	
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Emenda nº 1 – CEDN Substituam-se as alíneas ‘a’ e ‘b’ do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008, pelos seguintes incisos I e II:
Art. 1º Fica instituído o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas - FFMPME, de natureza contábil, destinado à concessão de financiamentos às sociedades empresárias, sociedades simples e empresários que se enquadrem nas seguintes definições:	“ Art. 1º
a) microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem nos limites fixados no art. 3º, caput e incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;	I – microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem nos limites fixados no art. 3º, caput e incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011;
b) empresário, pessoa jurídica ou pessoa a ela equiparada que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), observado o disposto no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	II – empresário, pessoa jurídica ou pessoa a ela equiparada que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), observado o disposto no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.”
Art. 2º Constituem recursos do FFMPME:	
I – recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe forem consignadas no orçamento anual, inclusive aqueles decorrentes da emissão de títulos da dívida pública;	
II – encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo desta Lei;	
III – ações de sociedade de economia mista federal excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pela União ou outros direitos com valor patrimonial;	
IV – transferência de bens móveis e imóveis, que poderão ser alienados na forma da legislação pertinente;	
V – rendimentos de aplicações financeiras à sua conta;	
VI – receitas patrimoniais;	
VII – outras receitas.	
Art. 3º A União poderá contratar instituição financeira federal para atuar como agente operador do FFMPME, a qual fará jus à remuneração pelos serviços prestados.	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008

2

Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008	Emenda nº 1 – CEDN
Art. 4º As disponibilidades de caixa do FFMPME serão mantidas em depósito na conta única do Tesouro Nacional.	
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.	